

A propósito do Pré-Escolar

A célebre frase do ex-Primeiro-Ministro parece ter definido a situação financeira portuguesa ?o país está de tanga!?. Designada a situação de crise que o país atravessava, obviamente que se teria de analisar este quadro de forma a delinear um esquema de intervenção capaz de reverter esta situação.

As legislativas antecipadas, apresentaram vários candidatos que anunciavam reformas imediatas e eficazes. Todos os partidos candidatos apresentaram os seus programas, no entanto o partido socialista parece ter convencido, ganhando com uma maioria absoluta e procedendo de imediato à aplicação das reformas equacionadas.

E nesta forma de intervenção, talvez o mais lógico fosse encontrar um ?sujeito? sobre o qual se pudessem justificar retenções que aumentassem o dinheiro nos cofres do Estado. Ora, a partir daqui os ?alvos? foram claramente definidos, a função pública.

Começaram por proceder a uma série de (re)ajustes em nome da justiça, garantiam. As reformas foram sendo aplicadas de forma inesperada, rápida e sobretudo foram instituídas muitas reformas em pouco tempo.

Nestes meandros da função pública foi dado aos professores um particular enfoque: reformas nos horários de trabalho, termos de aposentação, congelamentos na progressão da carreira, etc, etc?

Como Educadora de Infância, vou dar um particular enfoque às questões do pré-escolar que parecem ser debatidas com menos importância por todos (teia social e política). Se existe nível de ensino, objecto de mudança(?) é o pré-escolar. Desde a reforma incompreensível, algumas vezes debatida e tão mal esclarecida pelo governo anterior que a aplicou, que era a questão da calendarização das interrupções lectivas que vigora; as actuais reformas que obrigam, também, os educadores a ficarem até às 17.30 com as crianças. A última foi considerar o tempo de serviço de uma auxiliar de educação, que seja presentemente educadora, para efeitos de progressão na carreira. Estas atitudes, são algumas situações que vêm desprestigiar completamente a educação pré-escolar e catalogar o jardim-de-infância e os seus profissionais qualificados, especializados e reconhecidos pelo ensino superior, como pessoas, por excelência, formadas para ?tomarem conta das crianças?. Enfim, transmitem a ideia que o jardim-de-infância se vai tornando num espaço-armazém onde se ?depositam? as crianças para satisfazer as necessidades únicas e exclusivas das famílias das crianças acolhidas e ignora-se, fundamentalmente, que a génese do jardim-de-infância não foi retirar a criança do lar mas unicamente proporcionar-lhe um espaço organizado tendo em conta princípios e orientações pedagógicas fundamentadas e não apenas um espaço alternativo e seguro onde ?deixar? as crianças. O jardim-de-infância é um espaço idealizada para as crianças, onde se promovem actividades com vista a se desenvolver competências e apurar capacidades imbuídas de princípios orientadores pedagogicamente organizados e não só um espaço de acolhimento.

Com estas reflexões apenas pretendo partilhar o completo descontentamento que vivo neste momento como educadora de infância apesar de trabalhar há 5 anos como tal.

Trabalhei 4 anos no contexto privado, o qual denunciava uma falta de respeito das entidades patronais que extrapolavam sempre as exigências por competência destas profissionais, atribuindo-lhes funções que não lhes competiam. Quando alcanço o contexto público verifico que o desrespeito prevalece apenas ganha contornos diferentes.

Em suma, percebi que a luta pelo respeito abarca toda uma sociedade que ?ganha os olhos que o Estado lhe dá?, ou seja, o pré-escolar só ganhará contornos reais de efectiva existência, considerada pela sociedade em geral, a partir do momento em que o Estado considerar e respeitar este nível de ensino como uma etapa diferente mas de igual e reconhecida credibilidade e importância comparativamente com os outros níveis de ensino.